



XIV COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA – CIGU

A Gestão do Conhecimento e os Novos Modelos de Universidade

Florianópolis – Santa Catarina – Brasil
3, 4 e 5 de dezembro de 2014.

ISBN: 978-85-68618-00-4

UNIVERSIDADES E MERCADO: COMO OS PRINCÍPIOS DE MERCADO TEM INFLUENCIADO A GESTÃO DA PESQUISA NO BRASIL

Dalva Magro

UDESC/ Faculdades SENAC de Florianópolis

dalva.magro@udesc.br

Carla Regina Magagnin Roczanski

UDESC

carla.roczanski@udesc.br

Resumo:

Este artigo faz uma análise das dificuldades relatadas pelos docentes pesquisadores vinculados aos programas de pós-graduação de uma universidade pública brasileira na execução de seu trabalho cotidiano e como os princípios de mercado utilizadas na gestão os têm afetado. A pesquisa foi feita em forma de estudo de caso. Foi efetuado um estudo bibliográfico com base em referências nacionais e internacionais com o objetivo não só da análise mais profunda da questão da gestão da pesquisa e da pós-graduação brasileira, mas também para conhecer e ter elementos de comparação com os modelos de gestão adotados fora do país. Os resultados obtidos foram analisados de forma qualitativa e os dados foram colhidos por meio de entrevista semiestruturada sendo apresentados neste artigo agrupados por assuntos correlatos e distribuídos de acordo com as áreas que atuam mais próximas do mercado e mais afastadas deste.

Palavras-chave: mercado, avaliação, pós-graduação, universidade.

Atualmente no Brasil a pós-graduação *stricto sensu* é vista pelos governos como tendo a maior importância na medida em que este se traduz como o motor do desenvolvimento. Este desenvolvimento vem atrelado à pesquisa realizada no seio das universidades públicas, financiadas pelos órgãos de fomento estatais.

De uma forma geral, para garantir a qualidade os governos, vêm introduzindo um novo modo de regulação ou forma de governabilidade por meio de avaliação das instituições de ensino e pesquisa e dos cursos. Para Olssen e Peters (2005), este novo modo de avaliação resgata muitas das doutrinas centrais do clássico liberalismo, citando como principais: i) o auto interesse individual, onde o indivíduo era representado como um otimizador racional, juiz de seus interesses; ii) a economia de livre mercado, onde o mercado é considerado o mecanismo mais eficiente e moralmente capaz de alocar recursos; enfim o Estado procura criar indivíduos empreendedores e competitivos.

O Estado, tendo nas universidades a mão de obra necessária para o desenvolvimento, passou a definir políticas alicerçadas nas habilidades dos cientistas, fazendo com que estes passassem de certa forma, a fazer parte do serviço estatal e dos programas de desenvolvimento. Com o passar do tempo, e com o governo tomando consciência da importância e do aporte financeiro despendido para com as universidades, estas passaram também a sofrer um controle estatal mais rígido e a ter implícita nas suas obrigações à prestação de serviços à comunidade.

Neste modelo de governação as instituições de ensino superior têm sido incentivadas a desenvolver ligações com o comércio e a indústria, não só para promover a capacidade empresarial, mas também para desenvolver medidas que aumentem a produção.

Na economia clássica os mercados foram tradicionalmente importantes e formaram uma parte essencial do *welfare state* para regular a conduta empresarial e a esfera pública da sociedade. No entanto, na atualidade os mercados transformam-se numa nova tecnologia por se tratarem da ferramenta a ser utilizada no controle do melhor desempenho do setor público.

Observando a trajetória dos países desenvolvidos ao redor do mundo Olssen e Peters (2005) explicam que para que houvesse desenvolvimento a partir de 1930 os governos precisaram da evolução do conhecimento e das pesquisas, o que incluía o desenvolvimento das teorias de Frederick A. Hayek, da economia monetarista de Milton Friedman, da Teoria da Escolha Pública de James Buchanan, da Teoria Institucional de Funcionamento Interno das Organizações e, por último, das Teorias da Agência e de Custos de Transação.

Sendo assim, para entender como os princípios de mercado passaram a vigorar no ensino superior e nas pesquisas brasileiras, é necessário perceber como estas teorias colaboraram para chegássemos ao ponto em que nos encontramos.

Ensino superior e mercado, uma revisão teórica.

Iniciamos nossa análise pelos escritos de Frederick Hayek (1944), principalmente pela sua oposição ao planejamento estatal de qualquer espécie, seja em escala socialista ou Estado-Providência. Baseado nas premissas da ineficiência do Estado e na ameaça à liberdade do indivíduo, Hayek alegava que o planejamento seria ineficiente porque o verdadeiro conhecimento e o progresso econômico são concebidos em consequência dos conhecimentos gerados localmente, decorrentes de circunstâncias particulares em tempo e lugar, e que o Estado não estaria a par destes conhecimentos.

A fundamentação do discurso de Hayek sobre o conhecimento local está no fato de que por ser encontrado em mercados é sempre mais válido e eficaz do que as formas de conhecimento encontradas nos livros (este último, segundo o autor, é mais fácil de introduzir via planejamento). Por este motivo, Hayek (1944) defende que os mercados têm vantagens distintas sobre a regulação estatal e o planejamento. As leis de oferta e procura, reguladas pelo mecanismo de preços, são indicadores sobre a oferta, bem como incentivos aos produtores que conhecem a sua demanda. Assim, conclui-se que o bom funcionamento dos mercados é incompatível com o planejamento estatal.

Complementando o assunto, Olssen e Peters (2005) explicam que a teoria da Escolha Pública de James Buchanan rejeita a autonomicidade e a evolução defendidas por Hayek a partir do momento em que Buchanan expressa sua crença na ação consciente do Estado e faz uma distinção entre o Estado Protetor e o Estado Produtivo, dizendo que o primeiro se preocupa com o quadro legal e a defesa nacional, enquanto o segundo se trata de um estado controlador e participativo.

A distinção entre protetor e produtivo é a distinção entre lei e política. No entanto, o importante para a teoria do neoliberalismo é a distinção entre a liberdade “negativa” e

“positiva”, e o papel negativo e positivo do Estado. Na Teoria de Buchanan, o importante é o braço positivo do Estado, pois enquanto as garantias constitucionais salvaguardam a proteção do Estado e as mudanças do *status quo* para que a redistribuição seja quase impossível, o braço positivo do Estado ordena o mercado. É neste ponto que o Estado ultrapassa as garantias tradicionais do liberalismo clássico sobre os espaços que defendem a liberdade individual e os direitos à privacidade, dando-se a liberdade do controle e vigilância, até a autonomia profissional.

Segundo Olssen e Peters (2005), a Teoria da Escolha Pública reorganiza efetivamente as áreas protegidas pelos clássicos liberais. Tais questões se tornam importantes para o entendimento das mudanças que estão ocorrendo nas relações de trabalho e produção de conhecimento na atualidade.

No entanto, foi com a Teoria da Escolha Pública que as técnicas de mercado foram sistematicamente desenvolvidas e passa a haver assim uma tecnologia de governança institucional, um “governar sem governar” (OLSSEN e PETERS 2005), ou seja, um processo no qual as tecnologias ajudam a medir o desempenho através de sistemas impostos a partir do exterior.

Complementando a Teoria da Escolha Pública teremos, a partir da década de 1950, a Teoria da Agência, que trata das relações de trabalho e que é o tema da Teoria dos Custos de Transação. Esta última visa analisar e contabilizar os custos e os efeitos que eles exercem sobre as organizações. Por outras palavras, é responsável pela avaliação da eficiência da governança e dos melhores arranjos institucionais.

Dentre as teorias acima citadas, a mais utilizada e que tem causado maior impacto nas relações de trabalho contemporâneas tem sido a Teoria da Agência por estar sendo amplamente utilizada na reestruturação econômica e social nos países da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico - OCDE (incluindo a Grã-Bretanha, países da América, Austrália e Nova Zelândia) como orientação nas relações de trabalho e nos contratos entre as partes.

A Teoria da Agência preocupa-se especialmente com os problemas de conformidade e controle entre a divisão do trabalho e as relações de trabalho. Muito embora se tenha desenvolvido na esfera comercial, nas últimas décadas tem sido amplamente utilizada no setor público, nas exigências de prestação de contas e na medição de resultados, onde os incentivos de mercado e as sanções não funcionam (OLSSEN e PETERS 2005).

A Nova Economia Institucional ou a Nova Gestão Pública é a consequência da evolução das teorias até agora apresentadas. A linguagem comum entre elas salienta conceitos como *outputs*, resultados, responsabilização, propriedade, contratos, dentre outros. Esta nova abordagem de gestão substitui a regulação central por um novo sistema de administração pública que induz a clarificação de objetivos institucionais, a especificação de tarefas, a informação e a liberdade de gestão, onde o papel do Estado se resume a ditar os rumos e a controlar os resultados, responsabilizando sempre que necessário.

No ensino superior, a influência do mercado consiste num novo sistema de *input-output* que pode ser reduzido a uma função de produção econômica. A Nova Gestão Pública pressupõe flexibilidade (o uso de contratos na gestão), objetivos claramente definidos (organizacional e pessoal) e uma orientação para resultados.

É possível perceber melhor esta relação de mercado ou de quase mercado se nos reportarmos aos períodos anteriores que nos permitem entender como foram geridas as políticas de ciência

dos governos europeus quando da caracterização do novo contrato social que vigorou no período do pós-guerra.

De acordo com Guston e Keniston (1994, pg.2), este novo contrato pode ser assim definido:

[...] o governo promete apoiar a ciência básica que a revisão por pares considera mais meritória, e os cientistas prometem que a pesquisa será executada bem e honestamente e que proverá um fluxo constante de descobertas que possam ser traduzidas em produtos novos, medicamentos, ou armas.

Até que, no final da década de 1980, passou a vigorar um novo contrato social entre as universidades e seus pesquisadores, juntamente com toda a comunidade científica, que passariam a controlar a sua demanda autonomamente e com um aumento de recursos, se comprometendo a executar pesquisas orientadas para objetivos sociais (DAGNINO, 2006 p.2). Este contrato social revisto estaria fundado numa expectativa de que:

[...] em troca de fundos públicos, os cientistas e as universidades teriam que orientar sua pesquisa para satisfazer usuários econômicos e socialmente significativos. Teriam também que assumir responsabilidades muito mais explícitas do que até então, no sentido de persuadir os políticos e a sociedade do mérito de suas pesquisas, e pautar-se por um modelo de inovação muito mais complexo do que o modelo linear previamente adotado.

Assim, passa a existir uma nova forma de se fazer ciência com um valor político muito peculiar, deixando de ser vista como orientada pela curiosidade e sim por necessidades estratégicas associadas ao desenvolvimento de redes e com interesses bem definidos.

Este novo modo de produção de conhecimento, que tem um caráter transdisciplinar, é designado por Gibbons *et al* (1994), como Modo 2, por contraponto à forma tradicional de fazer pesquisa, fundada na criação de conhecimento numa base disciplinar, entendida como “o” caminho para a busca da verdade, designado por Modo 1.

O Modo 1 de produção de conhecimento trata da forma de produção como a conhecemos hoje, baseada no paradigma *Mertoniano* que se traduz na produção do conhecimento certificado, onde o produto da ciência e a sua qualidade se refletem integralmente nos instrumentos escritos formais de comunicação científica, particularmente nos artigos publicados em periódicos científicos. Nessa visão está também embutida a noção de autonomia e de neutralidade da ciência, além da ideia de que o pesquisador que busca outros objetivos (por exemplo, contribuir para a solução de problemas práticos) não faz propriamente ciência.

No Modo 2 de produção de conhecimento, o entendimento de “ciência pela ciência” perde grande parte de sua importância. A criação do conhecimento passa a ser voltada para o contexto de aplicação prática e com interesses sociais, executada através da transdisciplinaridade, heterogeneidade, integração organizacional, *social accountability* e controle de qualidade. Resulta de uma expansão paralela da produção do conhecimento e do seu uso em sociedade. Neste Modo 2, o conhecimento é buscado com a utilização de várias metodologias integradas, tendo a relevância associada a considerações estratégicas e de utilidade.

No Modo 2 de produção de conhecimento, as instituições de pesquisa estão intimamente associadas aos usuários, ou seja, fazem parte da mesma parceria, trabalhando em rede – empresas, instituições governamentais, fornecedores de serviços e pesquisadores.

Neste contexto de produção acadêmica do Modo 2 surge a teoria do Capitalismo Acadêmico descrita por Slaughter & Leslie (1997), que consiste na relação das universidades com o mercado na busca de financiamentos por meio de atividades de interesse da iniciativa privada

(como por exemplo, a obtenção de lucros por meio de patentes, licenças venda de estudos, etc.). Em 2004, Slaughter & Rhoades complementam essa teoria e explicam mais detalhadamente a integração entre as universidades e a nova economia, demonstrando que faculdades, estudantes, administradores e profissionais acadêmicos usam uma variedade de recursos do Estado para criar novos circuitos de conhecimento.

De acordo com a teoria do Capitalismo Acadêmico, emerge dentro das instituições universitárias um setor corporativo que fará a ligação entre setor público e setor privado, expandindo a capacidade de gestão de forma a supervisionar novos fluxos de investimentos numa infraestrutura de pesquisa voltada para a nova economia, investindo em *marketing* institucional, produtos e serviços.

As parcerias entre elementos de governo, pesquisadores e empresas também foi estudada, entre outros, por Etzkowitz (2002), que passou a chamá-las de tripla hélice – (*The triple helix*). Nos modelos de *Triple Helix*, a inovação avança fora dos limites da empresa e, para guiar este desenvolvimento, torna-se necessário criar um novo modelo de relações, tendo a união de universidades, governo e empresas o fim específico de gerar novos conhecimentos. As hélices seriam então o governo - que necessita gerar desenvolvimento econômico, as universidades - que possuem a capacidade de gerar conhecimento, e as empresas - que possuem capital para financiá-los.

Segundo Etzkowitz (2002), entre as razões que explicariam a ampliação das relações universidade-empresa estariam do lado das empresas:

1. O alto custo das pesquisas e as necessidades de desenvolvimento de produtos e serviços que assegurem posições vantajosas em mercados cada vez mais competitivos;
2. A necessidade de divisão das despesas e riscos da pesquisa com outras instituições que disponham de recursos financeiros;
3. O ritmo elevado da introdução de inovações no setor produtivo e a redução do tempo para obtenção dos primeiros resultados;
4. A diminuição dos recursos governamentais para pesquisa.

Já do lado da universidade, as motivações principais seriam as seguintes:

1. A dificuldade de obtenção de recursos públicos para a pesquisa e a expectativa de obtenção destes no setor privado,
2. O interesse da comunidade acadêmica em convalidar o seu trabalho perante a sociedade.

Numa síntese deste processo, sugerida por Ziman (1990), as transformações que estão ocorrendo na produção do conhecimento científico, que ele convencionou chamar de cultura pós-acadêmica, caracterizam-se pela substituição da norma do comunalismo pela ciência proprietária, da universidade pela ciência local, do desinteresse pela ciência autoritária, da originalidade pela ciência comissionada, e do ceticismo pela ciência de *experts*.

Outros autores, como Ferlie *et al* (1996), relatam que a partir de 1980 a ideologia neoconservadora foi notadamente visível nas políticas governamentais no que diz respeito à concentração de poder e liderança, bem como na criação de sistemas de regulação e controle, fatores estes que, segundo o autor, aceleraram as mudanças, fortalecendo a ideia da gestão de mercado na administração pública.

Desta forma, podemos crer que a introdução do mercado na gestão pública aconteceu como resultado de uma série de fatores conjugados, iniciando-se pela crise econômica, passando

pela ideologia neoconservadora, para então tomar forma por meio dos conceitos de eficiência e eficácia.

A autonomização das instituições públicas é também citada por Santiago (2005) como um dos processos que abriram caminho para instalação e expansão da filosofia do mercado no setor público. O fato de conceder autonomia também abre portas para a introdução da competição entre os entes públicos, suas unidades, setores e servidores, tudo em nome da obtenção de eficiência.

No entanto, esta autonomização traz consigo a desagregação, e a hierarquia até então existente passa a ser posta em causa, transformando o sistema “*numa verdadeira frota de organizações quase-autônomas [...] e menos orientadas para o serviço e o bem público*” (SANTIAGO 2005:16). Para resolver este problema, o governo não descuida do controle e de intervenções pontuais por meio da legislação. Para incentivar a eficiência, foram criadas as chamadas agências reguladoras através das quais passa a fazer uso de indicadores padronizados de desempenho, avaliações, auditorias externas e a profissionalização de gestores.

Neste sentido, no Brasil a partir do final da década de 1990, num esforço para aumentar a inserção internacional das Pós-Graduações, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, agência responsável pela avaliação das pós-graduações no Brasil optou por mudar substancialmente a forma de avaliação que até então vinha adotando. A CAPES deixou de avaliar os “cursos” e passou a avaliar os “programas” de pós-graduação.

A avaliação que até então era feita por conceitos alfabéticos passa a computar, além da qualidade do corpo docente, o desempenho do corpo discente, a produção intelectual (nacional e internacional) e a inserção do programa ao nível internacional. No entanto, o maior impacto registou-se na sequência dos desdobramentos da avaliação que também aprecia a distribuição das publicações entre os docentes do programa, forçando-o a ser coeso e produtivo, podendo a sua classificação ser rebaixada ou até o curso ser descredenciado, caso não se atinja o grau de satisfação desejado.

Toda esta transformação na forma de avaliar os cursos de pós-graduação tem acarretado mudanças substanciais na criação de conhecimento científico no Brasil, no cotidiano dos docentes e na gestão dos cursos de pós-graduação. A avaliação da CAPES tem-se mostrado bastante rigorosa como demonstram os resultados do triênio 2010-2013, o que é demonstrado pelo fato de dos 3.337 programas avaliados 23,22% terem melhorado a sua nota, enquanto 69,28% mantiveram e 7,49% diminuíram. Mesmo assim, de acordo com a CAPES, o Brasil subiu posições no ranking mundial da produção científica.

Embora os resultados apresentados demonstrem o rigor do sistema de avaliação, existem estudos que questionam os métodos e a forma como o sistema atua, alegando que por conta dos métodos excessivamente quantitativos a qualidade pode estar sendo posta em causa, uma vez que os pesquisadores precisam manter/aumentar as suas publicações anuais de forma a manter/aumentar a classificação do programa.

O estudo neste artigo tem o propósito de compreender os impactos na percepção dos pesquisadores ligados aos programas de pós-graduação, bem como a influência do modelo de gestão na produção do conhecimento científico.

Metodologia da pesquisa

Para responder a questão de como o mercado tem adentrado as universidades e como está afetando o cotidiano de docentes e pesquisadores a pesquisa de campo efetuada para responder às questões desta pesquisa se classifica como um estudo de caso histórico-

organizacional por meio de pesquisa de caso simples (TRIVIÑOS, 1987). Neste estudo estamos à procura de ‘como’ está se dando a inserção do mercado nas universidades e de que forma este interfere na atividade dos docentes pesquisadores.

A abordagem qualitativa representa uma tendência filosófica que tem despertado o interesse de pesquisadores na área de ciências sociais por trabalhar com o significado embutido nas experiências dos agentes. A coleta dos dados primários foi realizada por meio de entrevista semiestruturada por esta técnica ser adequada à natureza de estudos qualitativos (BOGDAN e BIKLEN 1994; MINAYO 1993).

Definição da amostra: os critérios de escolha dos atores a entrevistar foram baseados nas suas condições de atores-chave do processo e não em critérios de representação estatística relacionados com a população a que pertencem. Desta forma, dos 20 programas de pós-graduação *stricto sensu* oferecidos pela Universidade estudada, foram selecionados os quatro programas que, de acordo com o objetivo da pesquisa, possuem maior e menor interação com o mercado.

Quadro 1.1 - Quadro de entrevistas

PROGRAMA	Docentes vinculados Programas	Totais entrevistados	Cursos c/menor interação com mercado	Cursos c/menor interação com mercado
Doutorado 1	12	4	-	4
Mestrado 2	15	4	-	4
Mestrado Profissional 3	14	4	4	-
Doutorado 4	18	4	4	-
TOTAL	59	16	8	8

Como se deu o processo de inserção dos princípios de Mercado nas Universidades Brasileiras

As últimas décadas têm demonstrado a existência de grandes esforços para mudar as relações entre o Estado e as instituições públicas, através da introdução de mecanismos de gestão privada, com ênfase na criação e modificação das estruturas, com intuito de obter maior eficiência e produtividade (SANTIAGO e CARVALHO 2008).

Neste sentido, a grande mudança nas instituições de ensino brasileiras não aconteceu por obra da Reforma Administrativa efetuada pelo governo federal (BRESSER PEREIRA 1999), mas sim em consequência do modo de gestão que tomou corpo nas demais esferas da administração pública, nomeadamente nas políticas de avaliação dos programas de pós-graduação efetuada pela CAPES, quando esta passou a ser feita dando maior importância aos índices de produtividade acadêmica.

Atualmente, o Sistema de Avaliação da Pós-graduação abrange dois processos distintos: o primeiro tem a ver com a Avaliação das Propostas de Cursos Novos, e o segundo com a Avaliação e Creditação dos Programas de Pós-Graduação em andamento. Ambas as avaliações são conduzidas por comissões de consultores do mais alto nível, vinculados a diferentes instituições de ensino do país, sob o comando da CAPES.

A Avaliação das Propostas de Cursos Novos é parte do rito estabelecido para a admissão de novos programas e cursos como integrantes do Sistema Nacional de Pós-Graduação - SNPG. Nela é verificada a qualidade das propostas, aferindo se atendem ao padrão de qualidade requerido a tal nível de formação. Desta avaliação, resulta um parecer que é encaminhado ao Conselho Nacional de Educação, para compor o processo de análise e reconhecimento dos novos cursos.

Já a Avaliação dos Programas de Pós-graduação em andamento compreende os processos de Acompanhamento Anual e de Avaliação Trienal do desempenho dos programas e cursos que integram o SNPG.

O Acompanhamento Anual é realizado no interstício entre as avaliações trienais, tendo por objetivo o diálogo entre a CAPES e as IES, e a intenção de orientar a atuação dos programas de forma a incentivar a melhoria da qualidade e a superar eventuais problemas que possam vir a ocorrer quando da Avaliação Trienal subsequente.

A Avaliação Trienal é realizada ao final de cada triênio, sendo o ano de sua realização estabelecido pela sequência histórica do processo de avaliação da CAPES: 1998-2000, 2001-2003, 2004-2006, 2007-2009 e 2010-2013. Os resultados da avaliação de cada programa são apresentados na "Ficha de Avaliação", onde constam os atributos a ele consignados no que se refere aos vários requisitos e itens avaliados, com os respectivos comentários e justificativas da comissão avaliadora e, no final, o conceito correspondente ao seu desempenho no triênio (CAPES 2009).

Ambos os processos de avaliação estão alicerçados num mesmo conjunto de princípios, diretrizes e normas, compondo um só sistema de avaliação cujas atividades são realizadas pelos mesmos agentes: representantes e consultores acadêmicos.

Nas avaliações dos programas são atribuídas notas que vão de 1 a 7, sendo a nota 3 o mínimo exigido para que o programa seja credenciado e passe a fazer parte do Sistema Nacional de Pós Graduação. Só assim pode emitir diplomas que sejam reconhecidos a nível nacional.

De forma geral, as avaliações seguem um padrão global podendo, porém, apresentar algumas variações de acordo com as especificidades de área de conhecimento à qual pertencem. Como forma de ilustrar o processo, apresentamos um modelo de critérios definidos para atribuição de conceitos.

Quadro 1.2 - Critérios para atribuição de notas

CRITÉRIOS	CONCEITOS				
	3	4	5	6	7
Proposta do Programa	Regular	Bom	Bom	(*)	
Corpo docente	Regular	Bom	Bom		
Produção Intelectual e profissional destacada	Regular	Bom	M.Bom		
Corpo discente e trabalhos de conclusão	Regular	Bom	M.Bom		
Inserção social	-	-	-		

(*) As notas 6 e 7 são reservadas exclusivamente para os programas de doutorado classificados com nota 5 na primeira avaliação trienal.

Fonte: CAPES 2010b

Uma instituição só pode submeter à CAPES o pedido de autorização para um curso de doutoramento a partir do momento em que o mestrado da área obtiver conceito 4. Sendo assim, a primeira classificação do doutoramento inicia-se com 4, podendo chegar a 7. Já os conceitos dos mestrados podem variar entre 3 e 5.

Os conceitos 6 e 7 são reservados exclusivamente aos programas de doutoramento já classificados com a nota 5 e que atendam obrigatoriamente a duas condições: i) apresentem desempenho equivalente aos dos centros internacionais de excelência em suas áreas, e ii) tenham um nível de desempenho diferenciado em relação aos demais programas de sua área.

A atribuição de nota 6 exige que, pelo menos 25% dos docentes vinculados ao programa tenham publicado artigos em periódicos classificados nos extratos A1 ou A2 no triênio e que, pelo menos 20% dos docentes permanentes sejam detentores de bolsa de produtividade em pesquisa no CNPq ou, ainda, que sejam coordenadores de projetos de pesquisa, financiados por agências de fomento.

Para atribuição da nota 7, os itens de avaliação são os mesmos da nota 6. Porém, o percentual aumenta para 40%. Acrescido a isto, existe a exigência de formação de recursos humanos de alto nível, destaque dos demais programas de sua área, nas formas inovadoras de pesquisa e na formação de mestres e doutores, e que o programa se diferencie no cenário nacional como polo de atração de projetos, estágios seniores ou pós-doutorais (CAPES, 2008).

A proposta do programa é avaliada exclusivamente de forma qualitativa, onde a comissão de avaliação busca identificar aspectos na proposta do curso, assim como metodologias e procedimentos que possam ser considerados inovadores.

Quadro 1.3 – Desdobramento dos critérios para atribuição de conceitos relativos à Proposta do programa.

CRITÉRIO	DESDOBRAMENTO	AVALIAÇÃO (*) Peso
Proposta do programa	1. Coerência, consistência, abrangência e atualização das áreas de concentração, linhas de pesquisa e projetos em andamento e proposta curricular.	50%
	2. Planejamento do programa com vista ao seu desenvolvimento futuro, contemplando os desafios internacionais da área na produção do conhecimento, seus propósitos na melhor formação dos alunos e suas metas quanto à inserção social mais rica dos seus egressos.	20%
	3. Infraestrutura para ensino, pesquisa e, se for o caso, extensão.	30%
(*) Atributos: Muito Bom, Bom, Regular, Fraco, Deficiente.		

Fonte: CAPES 2010b.

Como critério avaliativo complementar da Proposta do Programa, é ainda aferido se: i) as áreas de concentração apontam claramente a área de conhecimento do programa; ii) as linhas de pesquisa expressam a especificidade de produção de conhecimento ofertada; iii) os

seminários e disciplinas ofertados guardam coerência com as linhas de pesquisa; e iv) cada linha de pesquisa conta no mínimo com quatro docentes permanentes. A bibliografia indicada no programa das disciplinas deve apresentar uma listagem básica de referências, na qual devem constar livros clássicos e textos científicos, preferencialmente, artigos publicados em periódicos acadêmicos de bom nível.

O programa deve ainda apresentar informações relativas à sua relevância e impacto regional, nacional e internacional e da sua atuação na formação de mestres e doutores, bem como os convênios de cooperação ativos em âmbito nacional, para os cursos de mestrado, e internacional para os doutoramentos. Por fim, o programa deve demonstrar ser capaz de promover a cooperação tecnológica ou científica relevante e efetiva com outras instituições, sendo desejável que para seu desenvolvimento o mesmo tenha financiamento ou apoio de entidades externas, tais como agências governamentais (nacionais ou internacionais) e empresas.

Os demais itens da avaliação, como o corpo docente, o corpo discente, a produção intelectual e a inserção social, possuem pesos diferenciados e são avaliados em parte de forma quantitativa, parte de forma qualitativa.

Quadro 1.4 - Desdobramento dos critérios para atribuição de conceitos relativos ao Corpo Docente, Discente, Produção Intelectual e Inserção Social.

CRITÉRIO	DESDOBRAMENTO
Corpo Docente (20%)	25% Perfil do corpo docente
	45% Adequação e dedicação dos docentes permanentes
	20% Distribuição das atividades de pesquisa
	10% Contribuição do docente para atividade de pesquisa/ensino na graduação
Corpo Discente, Teses e Dissertações (35%)	20% Qualidade das teses e dissertações defendidas no período da avaliação
	15% Distribuição das orientações das teses e dissertações defendidas Discente por docente do Núcleo Docente Permanente
	50% Qualidade das teses e dissertações e da produção discente Proporção de discentes autores.
	15% Eficiência do programa na formação de mestres e doutores Tempo médio de titulação (meses)
Produção Intelectual (35%)	55% Publicações qualificadas do programa por docente permanente
	30% Distribuição de publicações qualificadas em relação ao corpo docente permanente. Proporção de docentes que alcançaram pelo menos 150 pontos no triênio
	15% Produção técnica ou tecnológica
Inserção Social (10%)	50% Inserção e impacto regional e/ou nacional do programa
	30% Integração e cooperação com outros programas
	20% Visibilidade ou transparência do programa

Fonte: CAPES 2010b

Como pode ser observada na tabela anterior, a avaliação do corpo docente representa somente 20% da avaliação geral, sendo, a princípio, um dos critérios de menor importância na formação e avaliação de um programa de pós-graduação. No entanto dependem deste os demais itens a serem avaliados a posteriori.

Os itens de Produção Intelectual e Corpo Docente, Teses e Dissertações são as parcelas de maior importância na avaliação do programa já que seu peso equivale individualmente a 35% do cômputo geral da avaliação. Nos desdobramentos destes itens, também ficou evidente a importância da produção intelectual, tanto do corpo docente, quanto do corpo discente vinculado ao Programa. Se os desdobramentos da avaliação forem computados separadamente, percebemos que as publicações qualificadas equivalem a quase 20% da pontuação geral a ser obtida na avaliação.

A inserção social é um dos conceitos avaliativos mais recentemente e só no triênio 2004/2006 passou a fazer parte da avaliação. A CAPES utiliza-o para induzir os programas com conceitos 6 e 7 para que estes possam auxiliar programas com conceitos menores a expandirem-se, especialmente para os que se situam nas Regiões Norte e Nordeste do Brasil (MACARI et al 2008).

A avaliação da produção intelectual, por sua vez, é efetuada pela CAPES por meio de comissões de consultores que irão focar sua análise em um conjunto específico de critérios que melhor representam a área de conhecimento a que pertencem (MACARI et al, 2008). No final de cada triênio estas comissões se reúnem para avaliar os periódicos relatados pelos programas efetuando as alterações necessárias num sistema denominado Qualis.

O Qualis nada mais é do que a listagem dos periódicos avaliados pelas comissões onde consta o nome, a área e a classificação do periódico, podendo ser acessado publicamente.

A avaliação obedece aos critérios descritos nas tabelas seguintes.

Quadro 1.5 - Pontuação atribuída aos artigos científicos

Níveis	Artigos Científicos	Pontos
A1	Fator de impacto maior que 0,5, ou índice H maior do que 5	100
A2	Fator de impacto maior que 0 e menor ou igual a 0,5, ou índice H menor ou igual a 5	80
B1	Periódicos editados no Brasil indexados à Scielo e periódicos editados no exterior indexados a indexadores equivalentes, tais como EconLit, PsycInfo e Redalib	60
B2	Periódicos sem Fator de Impacto H seguem a tabela de classificação anterior (internacional C e nacional A)	50
B3	Periódico nacional B	30
B4	Periódico nacional C, local A e B	20
B5	Periódico local C	10
C	Periódico sem classificação no Qualis	0

Fonte: CAPES 2010b.

Quadro 1.6 - Pontuação atribuída aos livros e capítulos de livro

NÍVEIS	LIVROS E CAPÍTULOS DE LIVROS	PONTOS
L4	Obra atende aos requisitos mínimos com pontuação média maior ou igual a 70, e menor do que 70 pontos, possuindo evidências de impacto nacional ou internacional pela forma de distribuição apresentada, fornecendo uma lista completa de referências, índice remissivo, além de passar por um conselho editorial que avalia a obra e o seu conteúdo.	100
L3	Obra atende aos requisitos mínimos com pontuação média maior ou igual a 60, e menor do que 70 pontos, possuindo evidências de impacto regional pela forma de distribuição apresentada, fornecendo uma lista completa de referências, índice remissivo, além de passar por um conselho editorial que avalia a obra e o seu conteúdo.	75
L2	Obra atende aos requisitos mínimos com pontuação média maior ou igual a 50, e menor do que 60 pontos, possuindo evidências de impacto local pela forma de distribuição apresentada.	50
L1	Obra atende aos requisitos mínimos com pontuação média maior ou igual a 40, e menor do que 50 pontos.	25
LNC	Livro não classificado	0
Os capítulos de livro são considerados tendo como referência o livro no qual foram publicados. Os pontos são atribuídos à organização da coletânea, bem como à autoria. A pontuação atribuída a este tipo de publicação equivale a 1/3 da avaliação de uma obra integral.		

Fonte: CAPES 2010b.

A partir deste sistema de atribuição de pontos, a CAPES indica a pontuação mínima a ser alcançada por cada docente permanente vinculado ao programa de pós-graduação ao longo do triênio a ser avaliado, sendo considerados altamente produtivos os docentes que alcançarem pelo menos 150 pontos de produção bibliográfica (CAPES 2008).

Do exposto até aqui, podemos ter uma ideia de como atua o sistema de avaliação e creditação dos cursos de pós-graduação levado a cabo pela CAPES, o que nos permite avançar na análise de como os pesquisadores estão a ser afetados.

A partir desta análise da avaliação dos cursos de pós-graduação e na pesquisa a partir das entrevistas, foi possível identificar o grau de inserção do mercado – baseado em medidas de desempenho – nas universidades e no trabalho acadêmico.

Da análise das variáveis da avaliação dos programas de pós-graduação observou-se uma série de variáveis que podem ser nomeadas na medida em que interveem no processo de criação de conhecimento científico. Como exemplos citamos a forma como atua o sistema de avaliações, as cobranças por produção quantitativa, assim como o aumento da carga de trabalho, uma maior *accountability* e o aumento da competição.

Conhecendo estas variáveis, a partir daqui analisaremos cada uma delas em separado, para assim compormos o puzzle dos impactos causados pela introdução de variáveis de mercado no universo das pesquisas.

Resultados da Pesquisa:

Iniciamos a apresentação dos resultados da pesquisa agrupando as respostas dos entrevistados em relação a maior e menor interação que seu curso/profissão possui com o mercado.

Quadro 1.7 - Percepção dos pesquisadores com relação às mudanças ocorridas na forma de fazer pesquisa

ASSUNTO	MAIOR INTERAÇÃO COM O MERCADO	MENOR INTERAÇÃO COM O MERCADO
PERCEPÇÕES DAS MUDANÇAS OCORRIDAS NAS PESQUISAS	<ul style="list-style-type: none"> - Pesquisa em processo de burocratização; - Produtividade na confecção de recursos de pesquisa. 	<ul style="list-style-type: none"> - Forma como a pesquisa se institucionalizou; - O aumento dos programas de fomento também trouxe aumento de cobrança; - Pesquisa era feita pelo prazer da descoberta, não por imposição de medidas avaliativas.
	<ul style="list-style-type: none"> - A relevância está nas demandas de mercado; - Aumento das pressões por produção e utilização de medidas de desempenho. 	
COMO OS PESQUISADORES ESTÃO SENDO AFETADOS POR ESTE NOVO MODO DE GESTÃO QUE SE UTILIZA DO MERCADO COMO PARÂMETRO DE ANÁLISE	<ul style="list-style-type: none"> - Aumento da competição 	<ul style="list-style-type: none"> - Na forma como o sistema atua, fazendo com que a cobrança deixe de ser do agente avaliador e passe a ser do colega de programa, minando as relações interpessoais. - Pressões por publicações qualificadas. - Aumento da carga de trabalho. - Maior <i>accountability</i>. - Preferências de fomento nas áreas ligadas ao desenvolvimento econômico e as áreas tecnológicas.
	<ul style="list-style-type: none"> - Elevado grau de cobrança por produção quantitativa. - Grande quantidade de produção via fragmentação de artigos. - Mudança de paradigmas (todo trabalho executado pelo docente passa a servir de substrato para publicações). 	
IMPLICAÇÕES PARA A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO CIENTÍFICO	<ul style="list-style-type: none"> - Na área de administração, pressões da comunidade acadêmica para valorizar a dimensão analítica em detrimento da prescrição. 	
	<ul style="list-style-type: none"> - Mudanças na identidade docente. - Cerceamento da liberdade individual e aumento do controle institucional. - Burocratização da pesquisa. - Alta produtividade, porém descolada da aplicabilidade e das demandas sociais. 	

Observa-se que os termos utilizados diferem com a separação dos discursos. Uns se utilizam da burocratização no processo de fazer pesquisa e do excesso de produtivismo, enquanto os outros se referem à maneira como a pesquisa se institucionalizou, ou ainda o aumento das cobranças e das medidas avaliativas. No entanto, quando comparadas as mudanças e a filosofia da Nova Gestão Pública, todos se referem aos mesmos aspectos, isto é, ao aumento das cobranças por produção quantitativa, às demandas de mercado na mensuração da relevância quando do apoio aos projetos de pesquisas, e às imposições do sistema de avaliação, que exige eficiência, produtividade e *accountability*.

Se compararmos as mudanças ocorridas no Brasil com os relatos das mudanças em outros países, o que está ocorrendo nas instituições brasileiras não difere em muito do resto do mundo. Um exemplo disto são as transformações do trabalho acadêmico estudadas por

Musselin (2007) que relata haver, por um lado, o aumento da diversificação e especialização de tarefas, e, por outro, as novas formas de controle.

Conclusão

É evidente que a CAPES está fazendo um bom trabalho com relação à avaliação dos cursos de pós-graduação no Brasil. Ela já vem obtendo significativos resultados ao estabelecer parâmetros para a pós-graduação brasileira.

O uso sistemático de indicadores de produtividade acadêmica, combinando com procedimentos de revisão por pares, é apontado por Schwartzman (2008) como um dos pontos fortes do sistema de avaliação brasileiro. No entanto, não devemos deixar de considerar os ensinamentos de Holmstrom e Milgrom (1991) quando dizem que ênfases excessivas em metas quantitativas podem deteriorar a qualidade da pesquisa. Neste sentido, as entrevistas nos mostraram que na percepção dos pesquisadores o trabalho dispendido nas pesquisas têm perdido em qualidade à medida que seus resultados são publicados de forma fragmentada, distribuídos em diversos artigos, tendo como objetivo aumentar o número de publicações para atender aos critérios de avaliação.

Outro fator relatado e com impacto na qualidade diz respeito ao tempo para a realização das pesquisas porque, em decorrência de o sistema avaliativo ser trianual (CAPES 2008), existem pressões para que as pesquisas tenham seu encerramento a tempo de os seus resultados serem computados quando das avaliações. Como agravante, existe o fato de artigos serem publicados mesmo antes da pesquisa se encerrar, causando danos ao conhecimento científico, como nos relatou o Entrevistado 9 ao dizer que muitas vezes “mais à frente” o pesquisador irá notar que estava errado, mais os resultados equivocados já foram publicados.

Os pesquisadores, por sua vez, afirmam fazer as pesquisas com qualidade, porém dentro do que o sistema permite, sem, no entanto deixar de ter a sensação de que poderiam fazê-la melhor. Como consequência, pode apurar-se certo desestímulo profissional gerado pela angústia de não estarem conseguindo atingir as metas impostas e pela sensação de estarem entregando um trabalho antes de ser considerado plenamente terminado.

Corroborando esta percepção já em 2008 Novaes abordava os conflitos entre qualidade e quantidade na pesquisa em Economia e onde concluiu haver sinais de que os mecanismos de avaliação da CAPES estavam induzindo a um sacrifício de qualidade para aumentar a quantidade de publicações (NOVAES, 2008).

Em outro sentido, a qualidade também foi abordada pela necessidade de mensurar a utilidade e aplicabilidade dos projetos de pesquisa gerados no interior de uma instituição pública mantida com recursos oriundos da comunidade. Inclusive, foi questionada a utilização de recursos públicos no desenvolvimento de produtos que venham gerar um impacto social questionável. A crítica neste sentido foi que se produz muito, mas desassociado da aplicabilidade e pouco avaliado no sentido do “socialmente correto”.

Por fim, tem-se na opinião de um dos entrevistados, que atua como avaliador do CNPq, que na sua área o produto final das investigações ainda demanda por melhoria na qualidade. A este respeito, a pesquisa nos mostrou que a qualidade está sendo perseguida, bastando que se encontre um equilíbrio entre as pressões quantitativas e a qualidade desejada, tanto por parte da CAPES e das universidades, quanto pelos próprios pesquisadores.

A certificação da produção tem sido feita por meio de índices de produção acumulada, apoiados nas avaliações dos projetos por meio da revisão por pares (peer review) e de acordo com os padrões internacionais, método que acaba por privilegiar os cientistas mais produtivos

e com experiência prévia (SCHWARTZMAN, 2008), desestimulando pesquisadores mais jovens e em início de carreira.

Este fato pode fazer com que os pesquisadores mais jovens passem a ver no setor privado os meios de financiamento necessários para os seus projetos, já que a iniciativa privada privilegia em suas concessões os critérios não científicos, como a relevância social, econômica e mercadológica, na avaliação dos projetos. Isto nos leva a crer que poderá ser possível as universidades públicas trilharem o caminho em direção ao mercado por meio dos pesquisadores mais jovens.

IX. Referências e citações

- BOGDAN, R. e S. BIKLEN, (1994), **Investigação Qualitativa em Educação**. Porto: Porto.
- CAPES. (2008), **Crítérios de Avaliação da Área de Administração e Turismo**. http://qualis.capes.gov.br/arquivos/avaliacao/webqualis/criterios2007_2009/Criterios_Qualis_2008_27.pdf, acessado em 20 agosto 2008.
- ____ (2009), **Caracterização do Sistema de Avaliação da Pós-Graduação**, <http://www.capes.gov.br/avaliacao/resultados-da-avaliacao-de-programas/2316>, acedido em 20 agosto2009.
- DAGNINO, R. (2006), “A comunidade de Pesquisa dos Países avançada e a elaboração da política de ciência e tecnologia”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol.21. nº 61. pp. 191-228.
- ETZKOWITZ, H. (2002), **The Triple Helix of University-Industry-Government. Implications for Policy and Evaluation**. Institute for studier av utbildning och forskning. Atockolm nov.
- FERLIE, E e L. ASHBURNER, L. FIZGERALD, A. PETIGREW, (1996), **The new public management in action**. Oxford: Oxford University Press.
- Gibbons, M. e C. Limoges, H. Nowotny, S. Schwartzman, P. Scott, M. Trow, (1994). **The New Production of Knowledge: The Dynamics of Science and Research in Contemporary Societies**. Londres Sage.
- GUSTON, D. H. E K. KENISTON, (1994), **The fragile contract**. Cambridge/Londres, MIT Press.
- HAYEK, F. A. (1944), **The road to serfdom** , Collected works. Vol. 2, , http://hayekcenter.org/?page_id=9. acedido em 10 janeiro 2011.
- HOLMSTROM, B. E P. MILGROM, (1991), “Multitask principal-agent analyses: Incentive contracts, asset ownership and job design”, **Journal of Law, Economics and Organization**, vol.7, pp.24–51.
- MACCARI, E.A., L.C RODRIGUES, E.M. ALESSIO, L.M QUONIAM,. (2008), “Sistema de avaliação de pós-graduação da CAPES: pesquisa-ação em um programa de pós-graduação em Administração”. **RBPG Brasilia**. 5,.9, 171-205.
- MUSSELIN, C. (2007), *The transformation of academic work: Facts and analysis*. **Research&Occasional Series: CSHE.4.07.01-14**.
- NOVAES, W. (2008), *Pesquisa em economia no Brasil: Uma avaliação empirica dos conflitos entre quantidade e qualidade*. **RBE**. v.62. n.4. Rio de Janeiro. Oct.dec.

MINAYO, M.C.S. (1993), *O desafio do conhecimento*. São Paulo: Hucitec.

OLSSSEN, M; M. A. PETERS (2005), Neoliberalism, higher education and the knowledge economy: from the free market to knowledge capitalism, **Journal of Education Policy** 20, 3, May 2005, 313–345.

SANTIAGO, R. (2005), “Um panorama sobre o impacto do managerialismo na administração pública e no ensino superior” in **O surgimento do managerialismo no sistema de ensino superior português**. Fundação das Universidades Portuguesas. Coimbra.

SANTIAGO, R; T. CARVALHO (2008), “Academic in a New Work Environment: the impact of a New Public Management on Work Conditions”. **Higher Education Quarterly**, Vol.62, No. 3, pp 204-223.

SCHWARTZMAN, S. (2008), *Pesquisa universitária e inovação no Brasil* in **Avaliação das políticas de ciência e tecnologia e inovação: diálogo entre experiências internacionais e brasileiras**. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, pp. 19-44.

SLAUGHTER, S; L.L. LESLIE (1997), **Academic capitalism**. Baltimore, MD: Johns Hopkins University Press.

TRIVIÑOS, A.N.S. (1987), **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo, Atlas.

ZIMAN, J. M. (1990), “What is happening to science?”, in S. E. Cozzens *et al.* (eds.), **The research system in transition**, Dordrecht, Kluwer Academic, pp. 23-33.